

Da oralidade à produção escrita: um estudo sobre o (des)uso variacionista do pronome oblíquo

From orality to written production: a study on the variationist disuse of the oblique pronoun

De la oralidad a la producción escrita: un estudio sobre el desuso variacionista del pronombre oblicuo

Fernanda Fernandes Pimenta de Almeida Lima¹

 0000-0002-1924-4780

Rosânia Fernandes Pereira Mota²

 0000-0002-4081-4231

RESUMO: Neste artigo, objetivamos estudar o apagamento de pronomes oblíquos na produção escrita de alunos do 8º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas de Goiás. Observamos como no dialeto goiano alguns pronomes oblíquos têm perdido sua reflexividade ou demais funções sintáticas nas falas espontâneas cotidianas que se inscrevem na produção escrita. O postulado da Sociolinguística variacionista norteia as discussões teóricas nesta investigação, bem como a contribuição de autores que concebem a língua como um objeto sensível a fatores variacionistas. Na análise realizada, considera-se o método empírico, cujo recorte requer uma interpretação sobre a relação entre a linguagem e os seus usos cotidianos, sempre sujeitos à interpretação. Os dados, constituídos em específico por excertos extraídos de 05 (cinco) textos, escolhidos aleatoriamente dentre 50 (cinquenta) textos coletados, levaram a hipóteses que podem explicar o apagamento de pronomes oblíquos como sendo motivado pelas diferentes funções que estes exercem na linguagem falada e, possivelmente, pela presença de outros pronomes não oblíquos que asseguram a interferência da fala na escrita. Entendemos, portanto, que a colocação pronominal e o seu apagamento convocam um olhar sobre a materialidade textual como um lugar de sentidos que, para além da linguagem, inscreve o sujeito que enuncia em sua territorialidade.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem; Variação; Produção Escrita.

ABSTRACT: In this article, we aim to study the deletion of oblique pronouns in the written production of students in the 8th year of Elementary School in public schools in Goiás. We observe how in the Goiás dialect some oblique pronouns have lost their reflexivity or other syntactic functions in the spontaneous everyday speeches that are inscribed in written

¹ Pós-Doutora em Linguística e Crítica Cultural. Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG-UNUINHUMAS). E-mail: ffpalima@uol.com.br.

² Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Goiás (UEG-UNUINHUMAS). E-mail: rosaniafernandes19@hotmail.com.

production. The postulate of variationist Sociolinguistics guides the discussions in this investigation, as well as the contribution of authors who conceive language as an object sensitive to variationist factors. In the analysis carried out, the empirical method is considered, whose approach requires an interpretation of the relationship between language and its everyday uses, always subject to interpretation. The data, specifically consisting of excerpts extracted from 05 (five) texts, randomly chosen from 50 (fifty) texts collected, led to hypotheses that can explain the deletion of oblique pronouns as being motivated by the different functions they perform in spoken language and, possibly, due to the presence of other non-oblique pronouns that ensure the interference of speech in writing. We understand, therefore, that the pronominal placement and its erasure call for a look at textual materiality as a place of meanings that, beyond language, inscribes the subject who enunciates in its territoriality.

KEYWORDS: Language; Variation; Written Production.

RESUMEN: En este artículo, nuestro objetivo es estudiar la eliminación de los pronombres oblicuos en la producción escrita de estudiantes de 8º año de la Enseñanza Primaria de escuelas públicas de Goiás, observando cómo en el dialecto de Goiás algunos pronombres oblicuos han perdido su reflexividad u otras funciones sintácticas en los discursos espontáneos cotidianos que se inscriben en la producción escrita. El postulado de la Sociolingüística variacionista orienta las discusiones en esta investigación, así como el aporte de autores que conciben el lenguaje como un objeto sensible a factores variacionistas. En el análisis realizado se considera el método empírico, cuyo abordaje requiere una interpretación de la relación entre el lenguaje y sus usos cotidianos, siempre sujeta a interpretación. Los datos, compuestos específicamente de extractos extraídos de 05 (cinco) textos, elegidos aleatoriamente entre 50 (cincuenta) textos recopilados, llevaron a hipótesis que pueden explicar la eliminación de los pronombres oblicuos como motivada por las diferentes funciones que desempeñan en el lenguaje hablado y, posiblemente, debido a la presencia de otros pronombres no oblicuos que aseguran la interferencia del habla en la escritura. Entendemos, por tanto, que la colocación pronominal y su borradura exigen una mirada a la materialidad textual como lugar de significados que, más allá del lenguaje, inscribe al sujeto que enuncia en su territorialidad.

PALABRAS CLAVE: Lenguaje; Variación; Producción Escrita.

Introdução

O presente artigo propõe um estudo sobre a produção escrita no 8º ano do Ensino Fundamental de duas escolas públicas do interior de Goiás, em que se observam o apagamento e/ou (des)usos de alguns pronomes oblíquos, comumente ocorridos na fala, em regências verbais que convocam sua colocação como pronomes reflexivos ou complementos verbais. Tal variação remete, presumivelmente, a um movimento de interferência da fala na escrita. Na ordem da fala, alguns pronomes oblíquos, no dialeto goiano, têm perdido sua reflexividade ou demais funções sintáticas, especialmente, nas falas espontâneas cotidianas que se

inscrevem na produção textual.

A fala goiana tem muitas peculiaridades: o apagamento de pronomes oblíquos reflexivos, por exemplo, é uma regularidade que marca não apenas o dialeto de Goiás, mas o de outras regiões do Brasil. Com o propósito de pensar a relação entre a pesquisa sociolinguística e o ensino de Língua Portuguesa, especificamente, entre variação linguística e codificação da norma, busca-se compreender como o fenômeno variacionista do apagamento do pronome oblíquo ou dos desvios em sua colocação interfere na explicitude do sentido e da informação em textos de alunos do Ensino Fundamental.

Nas palavras de Pêcheux (1997, p. 91), “todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma autonomia relativa que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da linguística”. Contudo, há um lugar social que fala pelo aluno em seu texto e que determina seu dizer e suas variações, à luz de uma cultura que o mobiliza e que se marca na ordem da linguagem. Destarte, o problema de pesquisa que interpela esta investigação traduz-se na busca de compreensão sobre os desvios da colocação pronominal na ordem da língua e sobre as condições em que estes desvios acontecem, uma vez que há regras imanentes ao sistema linguístico. Assim, questiona-se se o apagamento e/ou desvios no uso do pronome oblíquo na produção escrita provêm de uma interferência da fala que demarca uma variante possibilitada pela presença de outros pronomes.

Objetiva-se, com isso, identificar o apagamento e/ou desvios no uso do pronome oblíquo em textos produzidos por discentes do 8º ano do Ensino Fundamental, observando como tal fenômeno demarca uma variante da fala e sua interferência na explicitude da informação escrita. Para tanto, coletaram-se textos escritos por alunos do 8º ano do Ensino Fundamental de duas escolas públicas do interior de Goiás, nos quais se inscrevem sequências discursivas que registram o apagamento de pronomes oblíquos ou desvios em sua colocação. Nessa materialidade textual identificam-se variações que marcam a presença de um sujeito constituído heterogeneamente.

A linguagem tem sido compreendida, também, em sua diversidade, e esta

oferece condições propícias à existência do preconceito linguístico. Ao pensar na relevância social da língua em relação às diferentes formas de preconceitos que assolam a sociedade em suas vulnerabilidades, precipuamente, ao preconceito linguístico, Scherre (2005, p. 43) observa que “em nome da boa língua pratica-se a injustiça social, muitas vezes humilhando o ser humano por meio da não-aceitação de um de seus bens culturais mais divinos: o domínio inconsciente e pleno de um sistema de comunicação próprio da comunidade ao seu redor”. O preconceito linguístico é uma realidade social que se vivencia em diferentes circunstâncias: dos mínimos elogios às pequenas anedotas referentes à linguagem, o preconceito aflora de modo sinuoso. Estudar variações linguísticas inscritas em textos de alunos de escolas públicas goianas, sob um ponto de vista sociolinguístico, é mais um olhar que se move sobre a recorrência de um fenômeno variacionista que requer explicações.

Goiás situa-se na região Centro-Oeste do Brasil, teve uma colonização que dialogou com exploradores bandeirantes, portugueses, com africanos e índios que estavam nesse lugar e com diversos outros povos que passaram por esse estado e nele permaneceram. A política colonialista, imposta e assegurada pela força dos bandeirantes, cujos propósitos visavam à exploração desenfreada do ouro e de pedras preciosas, teve um papel devastador sobre os povos indígenas Xacriabá, Avá-Canoeiro, e provocou o extermínio dos índios Goyá, Crixá, Kayapó Meridional e Akroá (Alencastre, 1864, p. 90). Aqueles que restaram tornaram-se cativos ou escravizados. Esse fato embasa nossa história e influencia diretamente na constituição da linguagem brasileira, por isso não se deve exigir dos falantes brasileiros homogeneidade em seus falares. A língua é a expressão identitária de um povo e de sua história e se constitui de modo heterogêneo.

Com vistas a analisar variações linguísticas e sua materialização no contexto sociocomunicativo de textos escolares produzidas por alunos do 8º ano do Ensino Fundamental, este trabalho fundamenta-se na ótica variacionista da teoria Sociolinguística, especialmente nas contribuições de Bright (1966), Alkmin (2001), Faraco (2007), Scherre (2005), entre outros autores, buscando entender a relação entre variação linguística e escrita textual.

Sabe-se que “não há em língua um padrão absoluto de correção válido para todas as circunstâncias, mas padrões relativos às diferentes circunstâncias, daí os linguistas afirmarem que a ‘propriedade’ é mais importante que a correção” (Faraco, 2007, p. 25). Se a variação é uma evidência na fala e na escrita, deve-se entendê-la como um produto de dada circunstância social de uso, de um ponto de vista do seu dinâmico uso sociocomunicativo, e não propriamente sob o olhar homogêneo da correção.

Sem pretender realizar uma discussão mais extensa sobre variações linguísticas em textos produzidos no Ensino Fundamental, o que ultrapassaria os limites desta reflexão, este artigo desenvolveu-se por meio de um conjunto de ações, que configuram uma pesquisa documental, pautada em textos constitutivos de um *corpus* válido, produzidos por alunos de escolas públicas. Os textos coletados não foram revisados por seus professores, o que constitui uma fonte de informação documental a partir da qual se tenta identificar um fenômeno da variação linguística em sua materialidade enunciativa.

À luz da Sociolinguística: a heterogeneidade social da linguagem

Linguagem e sociedade estão relacionadas de modo inextricável, o que assinala que há uma condição social a se considerar no trabalho com a linguagem na escola, especialmente, com o ensino de Língua Portuguesa. Conforme Bright (1966), a Sociolinguística tem por objetivo colocar em evidência o caráter sistemático da covariação das estruturas linguísticas e sociais e eventualmente estabelecer uma relação de causa e efeito. Isso se estende ao fato de o sujeito inscrever na linguagem seus costumes, sua cultura, seu cotidiano, seu território, sua identidade, sua formação social, no contínuo processo de constituição humana, histórica e cultural. Pelo modo como a sociedade se organiza, a linguagem tem sua relevância e o seu papel inquestionável. É ela que mobiliza os sujeitos, seja por meio da oralidade, da gestualidade ou da escrita. Por isso, é um fenômeno que deve ser estudado em suas diferenças e variadas condições de uso.

A perspectiva Sociolinguística concebe a linguagem como um processo

estritamente relacionado com os usos sociais da língua. Para o entendimento dessa perspectiva, uma das questões fulcrais remete às diferenças de objetivos que se inscrevem nos estudos de leitura e de produção de texto.

Na concepção de Soares (1985, p. 22),

[...] as funções e objetivos atribuídos à leitura e à escrita pelas classes populares, e a utilização dessas habilidades por essas classes são, inegavelmente, diferentes das funções e objetivos a elas atribuídos por outras classes favorecidas, e da utilização que delas fazem estas classes. Essas diferenças alteram, fundamentalmente, o processo de alfabetização, que não pode considerar a língua escrita meramente como um meio de comunicação “neutro” e não contextualizado; na verdade, qualquer sistema de comunicação escrita é profundamente marcado por atitudes e valores culturais, e pelo contexto social e econômico em que é usado.

Nesses termos, considera-se o sujeito em sua posição social: o educador deve ir aonde o educando está e alcançá-lo nas condições sociais, físicas e regionais em que ele se encontra. Essa não é uma tarefa fácil, pois é confortável partir de um suposto princípio de que se tem um público homogêneo, amparado por excelentes escolas, o que facilitaria os estudos de leitura, produção textual e linguagem. Contudo, o caminho é de diferenças, de situações excludentes e inóspitas à educação dos sujeitos. Não há facilidades nesse processo, mas desafios.

De acordo com Alkmim (2001, p. 25),

[...] a relação entre linguagem e sociedade, reconhecida, mas nem sempre assumida como determinante, encontra-se diretamente ligada à questão da determinação do objeto de estudo da linguística. Isto é, embora se admita que a relação linguagem e sociedade seja evidente por si só; é possível privilegiar uma determinada ótica, e esta decisão repercute na visão que se tem do fenômeno linguístico, de sua natureza e caracterização.

A Linguística do século XX contribuiu para que se construísse uma visão homogênea da língua. As propostas de Saussure (2006, p. 17), no *Curso de Linguística Geral*, dialogavam com uma perspectiva de homogeneidade da língua, em que não se propunha uma relação de variação com a linguagem. Em sua definição de língua, Saussure adverte que ela não se confunde com a linguagem; “é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (*loc. cit.*). Nessa definição, admite-se que a língua é um produto

social por ser convencionalmente imposta e coercitiva. Entretanto, não há menção a questões históricas ou culturais na definição supracitada que convoquem uma postura de análise nessas perspectivas, embora se entenda que convenção é produto de cultura e de historicidade. Saussure reconhecia a convenção social que constitui a língua, bem como os meandros de suas variações, mas o teórico também enxergava, pela falta de regularidade que se ordena na fala, que esta não seria suficientemente perscrutável para se teorizar a Linguística e alçá-la à condição de ciência. Foi pela análise sistemática da *langue*, em sua regularidade, que o mestre genebrino alcançou seu objetivo.

Alkmim (2001, p. 30) afirma ainda que “não há consenso sobre o modo de explicar a questão da relação entre linguagem e sociedade: o fato é que o lugar reservado a essa consideração constitui um dos grandes ‘divisores de águas’ no campo da reflexão da linguística contemporânea”. Assim, a Sociolinguística, estabelecida em 1964, nasce pela necessidade de se estudarem as variações linguísticas em sua articulação com aspectos da diversidade social e suas diferenciações, agregando em seu arcabouço um diálogo com outras áreas que também questionavam as implicações teóricas e práticas do fenômeno linguístico. Manifestamente, essa proposta causou grande impacto na linguística contemporânea, fortemente centrada nos estudos sistemáticos e formalistas das estruturas frasais. Com o avanço e a proposta dos estudos sociolinguísticos, entendeu-se que linguagem e sociedade são inseparáveis. O fenômeno linguístico não pode ser observado ou analisado sem que esteja socialmente fundamentado em suas variações.

Consoante Magda Soares (2000, p. 40), graças à evidência antropológica e sociolinguística, é hoje aceita facilmente por todos a afirmação dos especialistas de que as línguas são apenas diferentes umas das outras, e que a avaliação de “superioridade” ou “inferioridade” de umas em relação a outras é impossível e cientificamente inaceitável. Tais valores são equivocados e se devem, possivelmente, a questões de ordem não linguística. Pode-se dizer que esses julgamentos existem devido a fatores culturais e políticos.

Para Almeida (2005, p. 14),

[...] a língua é produzida socialmente. Sua produção e reprodução é fato cotidiano, localizado no tempo e no espaço da vida dos homens: uma questão dentro da vida e da morte, do prazer e do sofrer numa sociedade como a brasileira – que, por sua dinâmica econômica e política, divide e individualiza as pessoas, isola-as em grupo, distribui a miséria entre a maioria e concentra os privilégios nas mãos de poucos –, a língua não poderia deixar de ser, entre outras coisas, também a expressão dessa mesma situação.

É pela língua que identificamos os sujeitos em interação, por meio da qual se engendram seu lugar geográfico, sua sexualidade, sua condição social, intelectual e as circunstâncias diárias que os convocam à condição de falantes. As identidades e diferenças marcam-se na língua, produto de história que envolve mudanças e acontecimentos mobilizados por pessoas de diferentes regiões, estados, países etc., que passam a conviver com outros grupos e a se coadunarem com outras culturas. Isso refletirá em suas variações linguísticas, dentre as quais se destacam a colocação pronominal e sua diversidade, conforme discutem alguns teóricos na seção a seguir.

Colocação pronominal e norma gramatical

Quando se observam as investigações referentes ao ensino do sistema linguístico, encontram-se comumente, na sala de aula, diferenças entre as variantes dominadas pelos discentes e as variantes de seus professores. São questões que atravessam os estudos de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental, Médio e Superior, sempre orientadas pelos conflitos entre as ocorrências informais dos usos cotidianos da linguagem e as variantes da norma gramatical formal, especialmente aquelas referentes ao uso dos pronomes oblíquos.

Na gramática da Língua Portuguesa, entre os pronomes oblíquos reflexivos, o “se”, por exemplo, é um pronome que funciona como complemento verbal e deve ser empregado, segundo a gramática tradicional, somente como reflexivo, substituindo um complemento de verbo na 3ª pessoa do plural ou do singular. A reflexividade do verbo pode se dar por meio também das formas oblíquas “si” e “consigo”. Já no plural, temos as formas “nos”, “vos” e “se” quando estes se referem a uma ação

mútua ou recíproca, recebendo a designação de pronomes recíprocos (Mesquita, 2007). Especificamente, são esses os pronomes observados nos textos produzidos pelos alunos do 8º ano.

Faraco e Moura (1996, p. 154-155) explanam o tema da colocação dos pronomes oblíquos átonos, observando “as três diferentes maneiras em que estes podem ser utilizados numa oração: antes do verbo, depois do verbo e no interior do verbo, classificadas respectivamente em próclise, ênclise e mesóclise”. Segundo os autores, na gramática que se herdou de Portugal, a colocação do pronome é enclítica, mas no português falado no Brasil, nota-se uma preferência pela próclise, isso quando esta não é apagada na variedade informal. A próclise é a colocação usual da fala, é mais espontânea e informal. A mesóclise está praticamente sendo abolida no falar brasileiro, estando restrita a pouquíssimos tipos de texto extremamente formais, como leis, códigos e alguns textos literários. A ocorrência da mesóclise soa como inadequada e pedante, principalmente em textos informais (Faraco e Moura, 1996, p. 158). Apesar de ser uma afirmação de quase trinta anos, esta tem sua validade para os dias atuais, pois a mesóclise, apesar de estar em processo de desuso, ainda se faz presente nas gramáticas brasileiras de Língua Portuguesa.

Por outro lado, Basso e Gonçalves (2014) elucidam que o português brasileiro tem especificidades totalmente diferentes do português lusitano. Segundo os autores, “os manuais ou materiais didáticos de português para estrangeiros, justamente porque estão livres de seguir uma norma apenas idealizada e totalmente irreal, acabam por fornecer uma imagem mais fiel da língua que falamos” (Basso e Gonçalves, 2014, p. 273-274). Isso indicia que está havendo uma mudança. Então, fixaram-se algumas opções, mas não inovações, como, no exemplo citado pelos autores, “o amplo uso do objeto nulo, como em ‘Comprei um bolo e comi’ ao invés de ‘Comprei um bolo e o comi’” (*loc. cit.*). Neste exemplo, apaga-se o pronome oblíquo átono *o*, que substitui o pronome reto *ele* ou o seu referente *bolo*. Apaga-se porque é assim que corriqueiramente tem se falado no Brasil.

O pronome *se*, por exemplo, é um dos pronomes que mais se apagam, em diferentes e variadas condições de uso. Há situações em que o pronome *se* aparece

na voz passiva sintética ou pronominal. Nesse caso, tem a função de partícula apassivadora ou pronome apassivador. Porém, ele só funciona como partícula apassivadora se o verbo da oração for transitivo direto. Nas situações em que o *se* se associa a verbos transitivos indiretos ou intransitivos, ele exerce a função de índice de indeterminação do sujeito da oração. O pronome *se* será *reflexivo* se na frase estiver subentendida a expressão “a si mesmo”, e *recíproco* se na frase estiver subentendida a expressão “um ao outro”.

Em termos de variação linguística, o seu apagamento é comum e usual. Dependendo da localidade em que esse apagamento é comum, não há perdas ou equívocos quanto ao sentido. Nas palavras de Volker Noll (2008, p. 254),

[...] cem anos depois do Modernismo, ou melhor, antes ainda, o português do Brasil deveria finalmente dispor de uma gramática brasileira para uso. Não adianta muito levar em consideração regras (p. ex., de ênclise), as quais nem os melhores jornalistas do Brasil respeitam. Quanto a isso, os manuais de redação estão mais perto da realidade que as gramáticas. É necessário que se restabeleça certo equilíbrio. Uma nação moderna como o Brasil precisa de uma língua normatizada, e aqueles que se formam em suas escolas precisam se identificar com a língua que é sua.

Os brasileiros sabem o que é peculiar ao seu falar, ao seu cotidiano linguístico, mesmo, e talvez, sem saberem que há parâmetros que os diferenciam e os colocam em situação de desvios de regras da variação formal. Os porquês que embasam suas variações são historicamente justificáveis a uma população formada de modo miscigenado, com fronteiras frágeis de colonização e de povoamento de diferentes raças, nações e línguas que aqui se encontraram.

Na contramão dessa história, encontram-se o preconceito desavisado, as cobranças mal logradas e os parâmetros socialmente valorizados. No Brasil, o preconceito tem aumentado diariamente em diversas instâncias. Para Marcos Bagno (2004, p. 13), o preconceito linguístico é algo perceptível quando se vê que o próprio brasileiro tem uma imagem (negativa) da língua que aqui se fala e isso se estende à negatividade de sua própria identidade.

Algumas instituições reconhecem essa diversidade. No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), cujas diretrizes orientam os sistemas na elaboração de suas propostas curriculares, entende que:

[...] Se, por um lado, as linguagens aproximam e podem constituir as formas de interação e a identidade cultural de grupos sociais, por outro lado, podem gerar discriminação e conflitos, decorrentes de percepções e representações sobre a realidade. Tendo em vista o caráter diverso, dinâmico e contraditório das práticas de linguagem, a atuação confiante dos sujeitos nessas práticas demanda oportunidades de participar delas, conhecer como se estruturam e compreender como interagem na construção de identidades, pertencimentos, valores, e da vida pessoal e coletiva. (Brasil, 2018, p. 86).

Ressalte-se, com isso, o papel da escola em dirimir o olhar engessado sobre a língua, enquanto unidade homogênea ou objeto que identifique a fala da nação brasileira de modo uniforme. À escola cabe promover discussões sobre a Sociolinguística, convocando seus alunos a reconhecerem a diversidade de pessoas que se inscreve no país e a se reconhecerem nessa diversidade. Bagno (2004) atesta que, quando se diz que no Brasil se fala português, usa-se esse nome simplesmente por comodidade e pela razão histórica de o país ter sido colônia de Portugal. Do ponto de vista linguístico, a língua que se fala no Brasil tem suas regras de funcionamento. Obviamente, são regras moldadas por questões históricas que se diferenciam, em muitos aspectos, da língua que se fala em Portugal, o que leva alguns estudiosos a preferirem o termo português brasileiro.

Estudos têm mostrado que os sistemas pronominais do português europeu e do português brasileiro são totalmente diferentes, conforme atestam os exemplos:

[...] os pronomes *o/a*, de construções como “eu o vi” e “eu a conheço”, estão praticamente extintos no português falado no Brasil, ao passo que, no de Portugal, continuam firmes e fortes. Esses pronomes *nunca* aparecem na fala das crianças brasileiras nem na dos brasileiros não-alfabetizados e têm baixa ocorrência na fala dos indivíduos cultos, o que demonstra que são exclusivos da língua ensinada na escola, sobretudo da língua escrita, não fazendo parte, então, do repertório da *língua materna* dos brasileiros. Nossas crianças usam sem problema *me e te* – “Ela me bateu”, “Eu vou te pegar” –, mas *o/a* jamais, que são substituídos por *ele/ela*: “Eu vou pegar ele”, “eu vi ela”. As formas *-lo e -la, pegá-lo, vê-la*, então, nem pensar. Se as crianças não usam é porque não ouvem os adultos usarem, e se os adultos não usam é porque não precisam desses pronomes. E mesmo na língua dos adultos escolarizados, esses pronomes só aparecem como um recurso estilístico, em situações de uso mais formais, quando o falante quer deixar claro que domina as regras impostas pela gramática escolar. (Bagno, 2004, p. 41, grifos do autor).

Tais exemplos não apenas ilustram diferenças entre o sistema do português do Brasil e o do português de Portugal, mas retomam também diferentes histórias de

constituição de identidades nacionais. A língua de uma nação identifica seu povo e os seus modos de existência, tudo resultado de uma história de encontros de povos que aqui estavam e de outros povos que para aqui vieram. Esse processo edificou diferenças e singularidades no português brasileiro.

Nas palavras de Possenti (2005, p. 35), a variedade linguística é o reflexo da variedade social e, como em todas as sociedades existe alguma diferença de *status* ou de papel, essas diferenças se refletem na linguagem. As variedades linguísticas certamente atribuem sentidos identitários aos falantes, o que lhes reserva diferentes torneios de classificações e estereótipos. Em outras palavras, é pela linguagem que se percebe, ou se pensa que se percebe, uma heterogênea identidade do sujeito que fala: “ele deve ser pobre”, “ele deve ser rico”, “ele deve ser gay”, “ele deve ser estudado”, “ele não deve ter ido à escola”, “ele fala assim porque é velho”, “ele fala assim porque é ignorante”, “ele deve ser inteligente”. É por meio dos usos de fala que são acessadas as localizações sociais e territoriais dos sujeitos.

Possenti (2005, p. 35) reitera que “as línguas fornecem também meios de constituição de identidade social. Por isso seria estranho, quando não ridículo, um velho falar como uma criança, uma autoridade falar como um marginal social etc.”. O sujeito falante é continuamente convocado a se representar pela linguagem e, de modo representativo, ele é dado aos jugos do outro e às arbitrariedades que cercam os preconceitos sociais. Assim, o texto que um aluno constrói, ainda que seja uma atividade simulada em sala de aula, sob determinadas condições, constitui um produto de reflexão. É por meio da materialidade textual que se podem entender inúmeras questões relativas às demandas que o exercício da produção escrita do aluno apresenta, dentre estas, estuda-se aqui o apagamento de pronomes oblíquos.

Entre a presença e o apagamento do pronome oblíquo na produção escrita do 8º ano: uma análise

A produção de textos na escola é uma atividade que pode gerar diferentes objetos de análise. Entre temas variados que podem promover reflexão, os alunos

mobilizam seu mundo, sempre orientados pelas propostas que lhes chegam sob o viés da produção textual. Um texto, embora motivado por diferentes finalidades, é um produto que marca a subjetividade. Benveniste (1995, p. 284) defende essa ideia ao considerar que a modalidade escrita da linguagem “é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construídas de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem”. O aluno por meio de seu texto se mostra e mostra seu mundo, seu aprendizado, seu aproveitamento escolar, sabendo que o seu interlocutor é o seu professor.

Geraldi (2005, p. 65), ao discutir as unidades básicas no ensino de português, reconhece que é preciso “lembrar que a produção de textos na escola foge totalmente ao sentido de uso da língua: os alunos escrevem para o professor (único leitor, quando lê os textos)”. A situação da língua é, pois, nesse momento, artificial. Em parte, concorda-se com isso, mas defende-se a ideia de que é impossível apagar marcas de variação linguística ou desvios de linguagem na produção de texto, ainda que se saiba (ou não) que estas serão corrigidas pelo professor e poderão afetar na pontuação do texto. Não se identifica tranquilamente até que ponto a variação linguística constitui um desvio da variação formal da língua. Nessa materialidade, estão os desvios que se inscrevem na modalidade linguística, entre eles, o da colocação pronominal, em sua variação, apagamento e/ou explicitude.

Conforme se disse, foram coletados 50 (cinquenta) textos narrativos, escritos em duas turmas do 8º ano do Ensino Fundamental de duas escolas públicas do interior de Goiás. Selecionaram-se deste número, aleatoriamente, 05 (cinco) textos para serem analisados e destes foram extraídos 05 (cinco) excertos, um excerto de cada texto, identificados por números cardinais de 01 a 05, dispostos entre parênteses. Tal procedimento classifica-se como qualitativo, em que se busca perscrutar e interpretar as supressões e usos de pronomes oblíquos nos textos produzidos.

As condições em que esses textos foram escritos se deram a partir dos seguintes passos: inicialmente, entrou-se em contato com dois professores do 8º ano do Ensino Fundamental de duas escolas públicas goianas, para saber se havia a possibilidade de eles passarem uma atividade de produção escrita para os alunos.

Ambos os professores concordaram e, assim, foi realizada a tarefa de se produzir uma narrativa escrita em que se discutisse o seguinte tema: “A interferência do uso do celular na educação de crianças”. Antes do início das produções, o tema foi discutido e embasado pela leitura de dois textos motivadores.

Seguem, assim, os fragmentos extraídos dos textos, nos quais se inscrevem algumas variantes no uso e apagamento dos pronomes oblíquos, observadas no processo de análise dos devidos textos. Observe-se que não houve correção sobre os desvios gramaticais na modalidade linguística, a transcrição destes se deu de modo literal, conforme os seus autores os registraram. Identificam-se, nos excertos inframencionados em dois blocos de análises, dois tipos de desvios da variação formal da Língua Portuguesa sobre o apagamento dos pronomes oblíquos.

- (1) [...] o uso do celular na minha vida começou com o celular que *meu pai deu* e hoje não dou conta de ficar sem.
- (2) [...] Sua mãe sempre pedia para ela largar um pouco o telefone, mas *ela não dava* ouvidos.
- (3) [...] Em um dia de muita alegria *seu pai te deu um celular* muito bonito e ela ficou mais feliz do que já estava.

Em (1), (2) e (3), o verbo *dar* norteia toda a colocação pronominal. O excerto (1), narrado em primeira pessoa do singular, deveria mobilizar o pronome átono *me* e o (2), assim como o excerto (3), narrado em terceira pessoa do singular, deveria mobilizar o pronome átono *lhe*. Outro fato curioso a ser observado é que, no modo de organização discursiva do texto narrativo, a pessoa verbal tem que ser considerada. Quando, no trecho (1), o narrador, em primeira pessoa, mobiliza os pronomes *minha* e *meu*, muito provavelmente se sente, talvez, confiável em suprimir o oblíquo *me*, pela suficiência de identificação com os possessivos que remetem à primeira pessoa, o que possivelmente torna o uso do oblíquo dispensável, daí: *meu pai deu*, e não *meu pai me deu*.

O fragmento (2), também voltado à regência do verbo *dar*, apresenta a supressão do oblíquo átono *lhe*. A narrativa remete à terceira pessoa do singular *ela* e o processo é semelhante ao do item (1), sendo que a pessoa não é mais a primeira, e sim a terceira do singular. Na sequência: *Sua mãe sempre pedia para ela largar um pouco o telefone, mas ela não dava ouvidos*, há uma remissão contínua

dos pronomes *sua – ela – ela* à terceira pessoa do singular, o que promove, possivelmente, a supressão do pronome oblíquo complementar *lhe*, justificada pela constante pronominal em terceira pessoa.

No excerto (3), o pronome oblíquo *te*, de segunda pessoa do singular, toma o lugar do *lhe*, que exerceria a função de complemento verbal, objeto indireto, do verbo *dar*: “seu pai *lhe* deu um celular”, uma vez que remete ao sujeito em terceira pessoa, constituindo-se em objeto indireto – *quem dá algo dá algo a alguém*. O entendimento aqui é o seguinte: se o aluno souber quem é a pessoa gramatical de quem se fala na narrativa, no caso a terceira pessoa do singular, ele saberá também que o pronome *te* remete ao *tu*, à segunda pessoa, a pessoa com quem se fala. A regência do verbo *dar* também conduz a escolha pronominal, por ser bitransitivo pediria o pronome oblíquo *lhe* como complemento indireto do devido verbo.

A seguir, analisam-se os excertos (4) e (5):

- (4) [...] Era uma vez um menino *que chamava* Matheus ele era muito romântico, mas quando ele ficava Bravo eu fico fora de mim mesmo, mais eu sou muito calmo quando eu tô diboa.
- (5) [...] não saía do quarto, ele levava até comida, penico, água, refrigerante para não *precisar de levantar* para pegar nada, quando ele acordava *arrumava* para ir para escola e quando os pais voltava ele já estava em casa e sempre falava saí mais cedo da escola.

O que leva a se considerar o apagamento do pronome reflexivo *se*, no excerto (4), uma variação linguística? É a própria dubiedade que se enlaça ao verbo *chamar* que, em (4), é transitivo direto e pede um complemento: *quem chama chama alguém* ou *chama a si mesmo* ou *chama-se* quando se autodenomina pelo nome próprio. Conforme Pêcheux (1997, p. 90-91), esses mecanismos pertencem ao sistema linguístico e têm a ver com o funcionamento da língua com relação a si mesma. Mas, há de se considerar uma ordem social que interpela a ordem da língua. A dubiedade consiste aí em poder se entender que *há um menino que chama outro menino cujo nome é Matheus*.

Não apenas no território goiano, mas em outras regiões do Brasil, é comum encontrarmos o apagamento do pronome reflexivo *se*. Há passagens corriqueiras na fala cotidiana, como: *fulano aposentou, fulano formou, fulano banhou, fulano operou,*

fulano suicidou. Todas essas passagens e muitas outras requerem a presença do pronome *se* reflexivo.

O trecho (5) expõe um equívoco muito comum na colocação pronominal, este relacionado à regência do verbo que antecede tal colocação. O verbo *precisar*, transitivo indireto “por natureza”, requer a preposição *de* que lá está posta, porém esta, ao que parece, substitui, equivocadamente, também, o oblíquo reflexivo *se*. Na passagem seguinte: *quando ele acordava arrumava para ir [...]*, a supressão do *se* reflexivo também ocorre. São situações semelhantes em que os verbos *levantar*, *acordar* e *arrumar* pedem um complemento reflexivo quando se convoca o seu sujeito a complementar sua própria ação. Em resumo, todas as ocorrências analisadas evidenciam passagens comuns da fala informal cotidiana que mobilizam os oblíquos em suas colocações e desvios.

No *corpus* coletado, observaram-se com mais regularidade os desvios remissivos à colocação pronominal nas seguintes ocorrências: os pronomes que são apagados e os que são indevidamente colocados segundo a regra da gramática normativa. Para os excertos analisados, uma das explicações plausíveis sobre a supressão dos oblíquos é que esse apagamento pode ser motivado pela presença de outros pronomes na oração que identificam a pessoa que fala ou a pessoa da qual se fala. Já as supressões ocorridas nos trechos (4) e (5) podem ser justificadas pelo apagamento dos complementos verbais. Em outras palavras, se na oração não apareceu uma terceira pessoa a *se chamar* ou a *se levantar*, a *se acordar* e a *se arrumar*, certamente, o falante prevê, possivelmente, que o seu leitor entende que essas ações se refiram indubitavelmente ao sujeito do qual ele está falando e que essas ações também lhe são reflexivas.

O parâmetro que orienta a consideração de tais passagens como marcas variacionistas é o caráter prescritivo da gramática tradicional que estabelece normas, determinando o que é apropriado ou não se dizer na Língua Portuguesa. Tal posicionamento vai de encontro ao caráter descritivo da língua, de seus fenômenos variacionistas que precisam ser considerados, em certas situações de uso pela gramática tradicional.

Por outro ângulo, pode-se depreender que os desvios analisados quanto ao

apagamento pronominal constituem um indício de pressuposição ou de conhecimento compartilhado entre o autor que se expressa no texto e o seu leitor. Ou seja, aquele que se expressa pressupõe que é inteiramente entendido pelo seu interlocutor. É como se, na materialidade textual, essas características, por força da informalidade da fala que as atravessa, fossem convocadas e justificassem seus desvios em sua expressão escrita. Contudo, esse é um olhar mais discursivo, talvez, seja um ângulo de análise possível pela regularidade dos desvios normativos que amparam o uso dos pronomes oblíquos.

Considerações finais

Com esta investigação, observaram-se como as variações linguísticas, especificamente aquelas que mobilizam a colocação e o apagamento dos pronomes oblíquos átonos, são comuns e recorrentes em textos escritos por alunos goianos no Ensino Fundamental. Não se quis com isso negligenciar regras imanentes ao sistema linguístico, mas observar como essas variações constituem um fenômeno linguístico, um objeto de estudo e traduzem uma interferência da fala na explicitude da construção e da informação escrita.

Sabe-se que a variação linguística é uma ocorrência que pode ter inúmeras explicações e implicações. Não se trata aqui de se justificarem as ocorrências de desvios no uso dos pronomes oblíquos, mas de se tentar dizer que elas acontecem, possivelmente, em profusão, nas diferentes situações de produção de textos escritos por sujeitos escolares. São marcas que podem indicar variações comuns à condição social do aluno ou à localidade em que ele mora? São marcas que podem indicar que ele precisa estudar mais a modalidade formal da língua? São marcas que sugerem que ele não alcançou um grau de aprendizagem pertinente ao conteúdo da série em que está matriculado?

Essas indagações indiciam que há muito a se pensar sobre os textos e a modalidade linguística a que se tem acesso, bem como sobre a condição escolar do aluno que realiza a produção escrita na escola. Assim, realizou-se uma discussão sobre os usos e o apagamento da colocação pronominal, para se pensar o ensino

de Língua Portuguesa e sobre os inúmeros objetivos que se tem que alcançar no processo de construção da escrita.

É preciso ressaltar que as discussões aqui mobilizadas dizem respeito apenas ao recorte analisado. Por conseguinte, é necessário que estas sejam relativizadas, tendo em vista que se estudou apenas o apagamento de pronomes oblíquos na produção de textos de discentes do 8º ano do Ensino Fundamental. Certamente, há muito para se discutir, para se refletir, em novas pesquisas que, na ordem das palavras que constroem o texto, possam contribuir para o enriquecimento dos resultados apresentados.

Referências

ALENCASTRE, José Martins. Estudos Historicos: Annaes da Provincia de Goyaz. *Revista Trimestral do Instituto Historico, Geographico, e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXVII, Parte Segunda. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro Editor, 1864.

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. V. 1. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47.

ALMEIDA, Milton José de. Ensinar português? In: GERALDI, João Wanderley (org.). *O Texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 10-16.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: como é, como se faz*. 45. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BASSO, Renato M.; GONÇALVES, Rodrigo T. *História concisa da língua portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luísa Neri. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1995. p. 284-293.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf.

BRIGHT, Willian. *Sociolinguistics*. La Haye: Mouton, 1966.

FARACO, Carlos Alberto. Por uma pedagogia da variação linguística. In: CORREIA, D. A. (Org.). *A relevância social da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial: Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007. p. 21-50.

FARACO, Carlos Alberto.; MOURA, Francisco. M. *Língua e literatura*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

GERALDI, João Wanderley. (Org.). Concepções de linguagem e ensino de português. In: Geraldi, João Wanderley (org.). *O Texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 39-46.

MESQUITA, Roberto M. *Gramática da língua portuguesa*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

NOLL, Volker. *O português brasileiro: formação e contrastes*. São Paulo: Globo, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

POSSENTI, Sírio. Gramática e política. In: Geraldi, João Wanderley (org.). *O Texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 47-56.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José P. Paes, Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHERRE, Marta M. P. *Doa-se lindos filhotes de poodle*. São Paulo: Parábola, 2005.

SOARES, Magda. As muitas facetas da alfabetização. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 52, p. 19-24, fev. 1985. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1358/1359>.

SOARES, Magda. Diferença não é deficiência. In: SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. 17. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 59-76.

Recebido em: 08 nov. 2023.

Aprovado em: 27 dez. 2023.

Revisor de língua portuguesa: Marcelo Cristiano Acri

Revisor de língua inglesa: Renan William

Revisor de língua espanhola: Juliana Moratto

